MÍDIA KIT · ADVOCACIA EMPRESARIAL

Lucas Lima

Advocacia

Gestão de riscos jurídicos para empresas que querem crescer com segurança.

OAB/RS 111.504
Lucas Gonçalves Lima

Desde 2010
no contencioso empresarial

MBA
Direito do Trabalho e Previdenciário

Compliance
pesquisador e palestrante

TRABALHISTA · CÍVEL · CRÉDITO · REESTRUTURAÇÃO · COMPLIANCE



Um dos países que *mais litigam no mundo.*

O volume de processos no Brasil é várias vezes superior ao europeu. Para a empresa, isso significa que o risco jurídico é parte da operação e precisa ser administrado com método.

40,9 mi
processos iniciados em 2025, maior valor da série histórica
CNJ · Justiça em Números 2026

75,5 mi
processos pendentes ao final de 2025
CNJ · Justiça em Números 2026

18,55
casos novos por 100 habitantes no Brasil, ante 4,44 na Europa
CNJ · Justiça em Números 2025

23,2 mi
empresas ativas no país
Mapa de Empresas · 1º quadrimestre de 2025

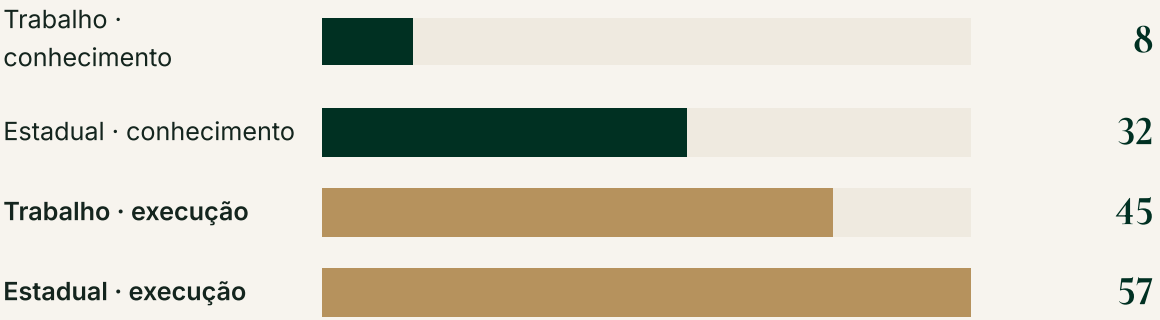
PROCESSOS INICIADOS EM 2025, POR RAMO DA JUSTIÇA



Fontes: CNJ, Justiça em Números 2026 (ano-base 2025) e Justiça em Números 2025 (ano-base 2024, comparação com a Europa); Ministério do Empreendedorismo, Mapa de Empresas, boletim do 1º quadrimestre de 2025, que inclui matrizes, filiais e MEIs.

Ganhar a ação é metade do caminho. *Receber é a outra metade.*

TEMPO MÉDIO DOS PROCESSOS PENDENTES EM 2025, EM MESES



Na Justiça do Trabalho, a fase de conhecimento dura em média 8 meses, e a de execução, 3 anos e 9 meses. Na Justiça Estadual, 2 anos e 8 meses e 4 anos e 9 meses, respectivamente.

37,9%

das sentenças na fase de conhecimento trabalhista foram acordos homologados em 2025

CNJ · Justiça em Números 2026

11,2%

índice de conciliação de todo o Judiciário no mesmo ano

CNJ · Justiça em Números 2026

Prevenção reduz o número de ações; estratégia processual reduz o valor das condenações; negociação no momento certo encurta anos de tramitação. É nessa sequência que o escritório trabalha.

Defesa empresarial *em todas as fases.*

A Justiça do Trabalho recebeu 5,2 milhões de casos novos em 2025, alta de 6,5%, e foi o único grande ramo com acervo em crescimento (CNJ). A defesa técnica começa na notificação.

Notificação
Análise do pedido e dos riscos
art. 841 CLT

Defesa
Contestação e documentos
art. 847 CLT

Conciliação
Proposta e acordo
arts. 846 e 855-B CLT

Instrução
Preposto, testemunhas e provas
arts. 818 e 843 CLT

Recursos
Ordinário ao TRT e de revista ao TST
arts. 895 e 896 CLT

Execução
Cálculos, garantia e embargos
arts. 876 a 892 CLT

ASSUNTOS MAIS RECORRENTES NAS VARAS EM 2024

- Adicional de insalubridade
- Verbas rescisórias
- Multa de 40% do FGTS
- Multa do art. 477 da CLT
- Indenização por dano moral

TST, Relatório Geral da Justiça do Trabalho 2024.

TEMAS MAIS JULGADOS PELO TST EM 2024



TST, levantamento dos temas mais recorrentes em 2024 (processos julgados).

Oito pontos de controle *que evitam passivos.*

Os temas que mais chegam às varas, como jornada, insalubridade e rescisões, nascem de rotinas internas. A consultoria atua nessas rotinas antes que virem processos.

Jornada

Registro obrigatório para estabelecimentos com mais de 20 trabalhadores.

art. 74, § 2º, CLT

Riscos ocupacionais

Programa de gerenciamento de riscos, incluindo os fatores psicossociais.

NR-1 · Portaria MTE 1.419/2024

Igualdade salarial

Relatório semestral de transparência para empresas com 100 ou mais empregados.

Lei 14.611/2023

Assédio

Regras de conduta, canais de denúncia e treinamentos periódicos.

Lei 14.457/2022

Dados de empregados

Tratamento com base legal, finalidade e controle de acesso.

LGPD · Lei 13.709/2018

Terceirização

Fiscalização dos contratos para afastar a responsabilidade subsidiária.

Lei 6.019/1974 · Súmula 331 TST

Desligamentos

Verbas e prazos de pagamento conferidos antes da rescisão.

art. 477 CLT

Acordos extrajudiciais

Homologação judicial de acordos para encerrar controvérsias com segurança.

arts. 855-B a 855-E CLT

Base técnica: MBA em Direito do Trabalho e Previdenciário, com ênfase em Direito Acidentário, e atuação na Comissão de Direito do Trabalho da OAB/RS.

Da cobrança *à satisfação do crédito.*

Com a fase de execução durando em média 4 anos e 9 meses na Justiça Estadual (CNJ), a efetividade depende de localizar patrimônio cedo e de usar os instrumentos certos.



Notificação
Extrajudicial e protesto
Lei 9.492/1997

Ação
Cobrança, monitória ou execução
arts. 700 e 784 CPC

Pesquisa patrimonial
Contas, veículos e imóveis
Sisbajud · Renajud

Penhora
Ordem preferencial e online
arts. 835 e 854 CPC

Leilão
Avaliação e alienação
arts. 879 a 903 CPC

Satisfação
Pagamento ou acordo
Lei 13.140/2015

Cumprimento de sentença

Sem pagamento voluntário em 15 dias, acrescem multa e honorários de 10% cada.

art. 523, § 1º, CPC

Desconsideração

Alcance do patrimônio dos sócios em caso de abuso da personalidade jurídica.

art. 50 CC · arts. 133 a 137 CPC

Fraude à execução

Ineficácia de alienações feitas para frustrar a cobrança.

art. 792 CPC

Origem da experiência: procuradoria jurídica da Fundacred/APLUB (2016 a 2018), com execuções, pesquisa patrimonial, leilões judiciais e acordos extrajudiciais.

Recuperação judicial *em patamar recorde.*

Em 2025, o número de empresas envolvidas em recuperação judicial foi o maior da série da Serasa Experian. Para quem vende a prazo, acompanhar esses processos é parte da proteção do crédito.

2.466

empresas em recuperação judicial em 2025, alta de 13%

Serasa Experian

977

processos de recuperação judicial, maior volume desde 2016

Serasa Experian

698

empresas com pedido de falência, queda de 19%

Serasa Experian

30,1%

das empresas em recuperação eram da agropecuária

Serasa Experian

ATUAÇÃO PARA CREDORES

Habilitação e divergência

Prazo de 15 dias após o edital (art. 7º, § 1º, Lei 11.101/2005)

Assembleia de credores

Análise do plano, voto e negociação de condições

Créditos não sujeitos

Cobrança de valores que ficam fora da recuperação

ATUAÇÃO PARA A EMPRESA

Diagnóstico do passivo

Trabalhista, cível e contratual, com prioridades de negociação

Negociação com credores

Acordos individuais e recuperação extrajudicial (art. 161)

Fontes: Serasa Experian, Indicador de Falências e Recuperações Judiciais, balanço de 2025 com metodologia atualizada; Lei 11.101/2005, com as alterações da Lei 14.112/2020.

Bons contratos *são processos que não acontecem.*

O contrato bem redigido define responsabilidades, prevê saídas e garante a cobrança. É o instrumento mais barato de gestão de risco que uma empresa possui.

Liberdade contratual

Nas relações empresariais, presume-se a paridade entre as partes e prevalece a intervenção mínima.

arts. 421 e 421-A CC · Lei 13.874/2019

Boa-fé objetiva

Deveres de lealdade e informação na negociação, na execução e após o contrato.

art. 422 CC

Garantias

Alienação fiduciária, fiança, aval e as novas regras do Marco Legal das Garantias.

Lei 14.711/2023

Título executivo

Contratos com requisitos formais permitem cobrar diretamente pela execução.

art. 784, III, CPC

Solução de conflitos

Cláusulas de mediação e de foro reduzem custo e tempo em caso de disputa.

Lei 13.140/2015

Responsabilidade civil

Limites de indenização e alocação de riscos entre as partes.

arts. 186, 389 e 927 CC

Integridade como *vantagem competitiva.*

Desde 2020, pesquisa e palestras em Direito Antidiscriminatório e compliance, com aulas na UNIPAMPA (Diversidade nas Organizações) e palestras no Sicredi, no Banrisul e em empresas parceiras.

MARCO LEGAL DA INTEGRIDADE E DA IGUALDADE



Códigos e políticas
Conduta, integridade e diversidade

Investigação interna
Apuração de denúncias com método

Capacitação
Lideranças, RH e equipes

Cada setor, *seus riscos jurídicos típicos.*

Instituições financeiras

DEMANDAS TÍPICAS

- Jornada do bancário (art. 224 CLT)
- Execuções e recuperação de créditos
- Cargo de confiança (art. 224, § 2º, CLT)

Segurança e serviços

DEMANDAS TÍPICAS

- Responsabilidade subsidiária (Súmula 331 TST)
- Periculosidade do vigilante (art. 193, II, CLT)
- Escala 12 × 36 (art. 59-A CLT)

Telecomunicações e tecnologia

DEMANDAS TÍPICAS

- Terceirização (ADPF 324 do STF)
- Sobreaviso (Súmula 428 TST)
- Teletrabalho (art. 62 CLT)

Indústria, energia e logística

DEMANDAS TÍPICAS

- Acidentes e doenças ocupacionais
- Insalubridade e periculosidade (NR-15 e NR-16)
- Jornada do motorista (Lei 13.103/2015)

Entidades e cooperativas

DEMANDAS TÍPICAS

- Cooperativas (Lei 5.764/1971)
- Relações estatutárias
- Governança e assembleias

Experiência profissional adquirida ao longo da carreira, inclusive em outros escritórios, em demandas de organizações desses cinco segmentos. A indicação dos setores não representa a carteira atual de clientes.

Mais de 15 anos *ao lado de empresas.*

2010 — Início
Prática jurídica e rotina forense

2016 — Fundacred / APLUB
Execuções e leilões

2018 — Hermann Advogados
Contencioso trabalhista

2020 — Pesquisa e palestras
Compliance antidiscriminatório

2022 — MBA
Trabalho e Previdenciário

Hoje — Lucas Lima Advocacia
Escritório próprio

15+
anos de atuação

5
setores econômicos

2
comissões da OAB/RS



Lucas Gonçalves Lima
OAB/RS 111.504

Assessoria *sob medida para cada empresa.*

Conversa inicial
Cenário e prioridades da empresa

Diagnóstico
Processos em curso, contratos e rotinas

Proposta
Escopo e modalidade, apresentados à parte

Implantação
Fluxos, responsáveis e indicadores

Acompanhamento
Relatórios periódicos de passivo

Assessoria contínua
Consultas, pareceres e prevenção

Contencioso
Trabalhista e cível, em todas as instâncias

Carteira de créditos
Cobrança, execuções e recuperação judicial

Escritórios parceiros
Audiências, diligências e sustentações orais

O QUE A EMPRESA RECEBE

- Contato direto com o advogado
- Gestão de prazos e audiências
- Relatórios para a diretoria
- Atendimento em âmbito nacional

Valores e escopo são apresentados em proposta individual, após o diagnóstico, conforme o Código de Ética e Disciplina da OAB.

Dados verificados *nas fontes de origem.*

- **Conselho Nacional de Justiça.** Justiça em Números 2026 (ano-base 2025): processos iniciados e pendentes, tempos de tramitação e índices de conciliação.
- **Conselho Nacional de Justiça.** Justiça em Números 2025 (ano-base 2024): comparação de indicadores entre Brasil e Europa.
- **Tribunal Superior do Trabalho.** Relatório Geral da Justiça do Trabalho 2024 e levantamento dos temas mais julgados pelo TST em 2024.
- **Serasa Experian.** Indicador de Falências e Recuperações Judiciais, balanço de 2025, com metodologia que diferencia processos e empresas.
- **Ministério do Empreendedorismo.** Mapa de Empresas, boletim do 1º quadrimestre de 2025.
- **Legislação trabalhista:** CLT; Leis 6.019/1974, 13.467/2017, 14.457/2022 e 14.611/2023; NR-1 (Portaria MTE 1.419/2024); Súmulas 331 e 428 do TST.
- **Legislação cível e empresarial:** Código Civil; Código de Processo Civil; Leis 9.492/1997, 11.101/2005, 13.140/2015, 13.874/2019 e 14.711/2023.
- **Integridade e dados:** Leis 9.029/1995, 12.288/2010, 12.846/2013, 13.146/2015 e 13.709/2018; Decreto 11.129/2022.

Fonte primária

Cada indicador foi conferido no relatório ou no comunicado da própria instituição sempre que ele estava disponível.

Data e base

Os números trazem o período de referência e a base do levantamento, para evitar comparações indevidas.

Atualização

O material é revisto a cada nova edição dos relatórios, como o Justiça em Números do CNJ, publicado anualmente.

Informações consultadas em novembro de 2026. Material de caráter informativo, conforme o Provimento nº 205/2021 do Conselho Federal da OAB. O escritório não divulga promessas de resultado nem valores de causas.



Vamos conversar sobre *a sua empresa.*

Agende uma conversa inicial sobre as necessidades jurídicas da sua organização.

Aponte a câmera
e fale direto pelo WhatsApp

WHATSAPP
(51) 99320-2799

E-MAIL
lucas.limaadv@outlook.com

LINKEDIN
in/lucas-lima-a9350210a

ATUAÇÃO
Rio Grande do Sul · Brasil